

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato

por sua linhagem:
memórias e memorial



EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

Tânia Mara Campos de Almeida (org.)

Encontro com
Rita Segato
por sua linhagem:
memórias e memorial

Equipe editorial
Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo
Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
Emilly Dias
Revisão : F. Soudant
Projeto gráfico e diagramação : F. Soudant

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Telefone: (61) 3107-3700
www.editora.unb.br
contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada
ou reproduzida por qualquer meio sem a
autorização formal da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UNB)

E56 Encontro com Rita Segato por sua linhagem [recurso
 eletrônico] : memórias e memorial / Tânia Mara
 Campos de Almeida (org.). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2023.
 263 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-079-4.

1. Segato, Rita Laura. 2. Antropologia. I.
Almeida, Tânia Mara Campos de (org.).

CDU 39

Sumário

Prefácio	8
Trajectoria de uma pesquisadora ilustre e corajosa que desvenda e enfrenta a realidade concreta <i>Volnei Garrafa</i>	
Apresentação	12
<i>Femenagem</i> à Rita Segato por uma de suas comunidades intelectuais <i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	
Memórias	
I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso	
Capítulo 1	
Pluralismos expressivos: contribuições e lições de Rita Segato <i>Elaine Moreira</i>	24
Capítulo 2	
Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajectoria de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado <i>Juliana Floriano Toledo Watson</i>	33
Capítulo 3	
Dos gritos inaudíveis à (d)enunciação da norma: sobre pandemias continuadas, capturas do Bem Viver e a reimaginação do mundo <i>Marianna Assunção Figueiredo Holanda</i>	43

Capítulo 4	
As vozes da Mãe do Silêncio no Brasil.	62
Crenças na aparição da Virgem Maria	
<i>Tânia Mara Campos de Almeida</i>	

II. Raça, Estado, violência e os “Outros”

Capítulo 5	
A fuga dos espelhos: violência, mimesis	72
e alegorias patriarcais em <i>O Iluminado</i>	
<i>Daniú Gontijo</i>	

Capítulo 6	
O Povo do Veneno?	82
Uma análise crítica das ações de	
prevenção do suicídio entre os Suruwahá	
<i>Livia Vitenti</i>	

Capítulo 7	
A racialização dos(as) assim chamados(as) ciganos(as),	96
o protagonismo dos Calon de Belo Horizonte e a	
importância do pensamento de Rita Laura Segato	
<i>Priscila Paz Godoy</i>	

Capítulo 8	
Orfandade genealógica:	111
silenciamentos, colonialidade e relações de poder	
<i>Vanessa Rodrigues de Araújo</i>	

Capítulo 9	
A singularidade forjada sobre os Waimiri-Atroari	125
<i>Verenilde Santos Pereira</i>	

Capítulo 10	
O legado político e teórico do Caso Ari	136
Parte 1: o gesto pedagógico	
<i>Gustavo Augusto Gomes de Moura</i>	

III. Gênero, feminismos e sexualidade

Capítulo 11	
Em tempos de “destruição”, quais as possibilidades e os desafios da teoria e prática decoloniais?	162
<i>César Augusto Baldi</i>	
Capítulo 12	
“Brincadeiras do Corpo”: gênero e historicidade javaé em diálogo com a perspectiva de Rita Segato	172
<i>Patrícia de Mendonça Rodrigues</i>	
Capítulo 13	
O legado feminino: a ciência e o pensamento de mulher para mulher	187
<i>Jocelina Laura de Carvalho Segato</i>	
Capítulo 14	
Para desver o mundo: tramas históricas dos vínculos e pluralidades no pensamento de Rita Segato	197
<i>Lourival Ferreira de Carvalho Neto</i>	
Capítulo 15	
Uma antropologia interpelada	216
<i>Pedro Paulo Gomes Pereira</i>	
Memorial (atualizado e revisado)	
Um olhar retrospectivo: seleção de relatos para uma memória possível da vida de uma professora	231
<i>Rita Laura Segato</i>	
Notas sobre as autoras e os autores	255

Memórias

I. Pluralismo jurídico, bioético e religioso

Do pluralismo jurídico ao pluralismo bioético: trajetória de vida e pensamento em 15 anos de aprendizado

Juliana Floriano Toledo Watson

Conheci pessoalmente Rita Segato em 2004, com 19 anos, quando cursei pela primeira vez a disciplina antropologia do gênero. Eu já era feminista, vinha de um feminismo que conheci primeiramente através de zines e bandas no mundo do hardcore/punkrock. Desde que havia ingressado no curso de ciências sociais da Universidade de Brasília, com o intuito de me habilitar em antropologia, me surpreendia e me incomodava com o olhar hegemonicamente masculino sobre os povos e suas culturas em todas as disciplinas. Lembro-me que Rita – além dos clássicos da antropologia do gênero, como o livro de Michele Zimablist Rosaldo e Louise Lamphere (1979) *Mulher, cultura e sociedade* – indicou-nos o livro de Carole Patman (1993) *O contrato sexual*. Adentramos profundamente no livro em debate caloroso, com a participação de Livia Vitenti, que estava fazendo o estágio em docência. O que mais instigava nas aulas da Rita é que ela era das poucas (pra não dizer a única naquele momento) que pensava junto com a gente!!!! Que estava presente de coração e criatividade, intervinha com paixão em nossas falas, e teorizava ali, com o que estava à disposição, com os relatos que trazíamos. Algo bastante raro no ambiente asséptico masculino e branco da universidade, onde a maioria das aulas eram leituras de clássicos e reflexões em cima disso. E de repente ela trazia suas experiências de pesquisa e falava em antropologia por encomenda! Reverter a lógica colonial e fazer antropologia onde se pede interpelação. A teoria era corporificada no aqui e agora, era dinâmica, em suas aulas não havia e não há espaço para uma mera revisão histórica de clássicos, sem contextualizar com o nosso contexto: *Abya Yala* colonizada.

Neste momento, Rita acabava de publicar artigo sobre o feminicídio em Ciudad Juarez, no México, um dos mais elucidativos artigos sobre a estrutura violenta do gênero e como ela organiza a vida social mais ampla. Rita viu, naquele contexto, como as mulheres eram assassinadas em nome de um pacto, uma comunicação entre homens inscrita no corpo das mulheres em uma rede

de poder que funcionava na lógica do Estado, sem contudo ser explicitamente o Estado: uma lógica paraestatal, crimes de Segundo Estado (Segato, 2005). O entendimento dessa comunicação entre homens para manter o *status* inerente à masculinidade hegemônica veio de sua participação na pesquisa realizada com estupradores no *Projeto Fala Preso*, em 2002, onde percebeu que o estupro era um mandato da masculinidade e que o estuprador ainda que aja sozinho o faz em nome de uma comunidade real ou imaginada de homens, para reafirmar sua masculinidade que estará sempre “em falta” (Segato, 2003). Seu ouvido atento aos detalhes e à capacidade de alinhar teoria com realidade é o que mais me admira nessa intelectual. Também foi com Rita que entendi que, mesmo se os crimes violentos são individualmente punidos, a estrutura violenta do gênero ou o gênero como estrutura base da sociedade, a violência contra as mulheres, os estupros, os feminicídios não são a exceção, são o mandato da masculinidade vigente.

Depois da disciplina de antropologia do gênero, cursei quase todas as disciplinas ofertadas por Rita, e aí fui apresentada a abordagens críticas dos direitos humanos, o Estado e seus outros, segurança pública, pluralismo jurídico.

Agradeço a Rita o acesso a uma bibliografia feminista de qualidade! Foi por ela que tive meu primeiro contato com teoria feminista subalterna e antropologia feminista: Spivak; Chandorow; Stratern, tantos autores latino-americanos, o pluralismo jurídico. Conheci Esther Sanches Botero, Raquel Fajardo Irigoyen, autores da pós-colonialidade e da decolonialidade: Saurabh Dube, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty Seyla Benhabib, Lila Abu-Lughod, Rosalva Aída Hernández Castillo, María Lugones. Pude pensar a colonialidade do pensamento, até mesmo o feminista. Depois de suas aulas e depois de ter acesso a esse mundo intelectual contra-hegemônico era difícil cursar outras disciplinas sem gerar embates, pois cada vez foi ficando mais evidente a colonialidade do saber no pensamento universitário do Brasil. Através dessas e desses autores pude nomear o incomodo até então não definido que tinha em quase todas as disciplinas.

O que hoje chamamos de estudos decoloniais – ou descoloniais naquela época – ainda sem um corpo tão definido como hoje, já nos era apresentado por Rita: na América Latina nunca deixamos de ser colônia, a estrutura permanecera a mesma, apenas se sofisticando. Os corpos subalternos resistindo. Como ela escreveria em 2014: a conquista e colonização da América funda o Novo Mundo, o espírito da modernidade em todos os seus aspectos: material, simbólico, ideológico, emocional (Segato, 2014b, p. 23), colonialidade inerente ao processo de formação dos Estados nacionais.

Sua leitura e explicação dos direitos humanos, as noções de Estado e nação, pluralismo, sempre estiveram permeadas pelo feminismo. Esse foi, sem dúvida, nosso maior encontro, em toda trajetória acadêmica.

Embora eu estivesse em contato permanente com ativistas feministas e negras, e estudantes cotistas, Rita também me possibilitou o acesso a uma fundamentação teórica profunda com relação à necessidade da política de ações afirmativas. Raça é signo (Segato, 2005a), com todas as limitações que pode ter por ser escrito por uma teórica branca. A cor do cárcere na América Latina, sem dúvida, foi também de grande importância para a minha monografia.

Enquanto cursava algumas dessas disciplinas, não imaginava que seria presa e acabaria escrevendo sobre tudo isso. E aí veio uma forte inspiração a partir de todas essas temáticas que recolhi na minha monografia “Justiça sem grades: do cárcere ao anticárcere” (Floriano, 2008). Quero retomar aqui alguns pontos-chave da teoria de Rita, que me guiaram na escrita da monografia e no meu entendimento de Justiça. A própria ideia de Justiça: podemos renegociar a unidade do grupo considerando as aspirações dos(as) dissidentes desse mesmo grupo (Segato, 2006).

O entendimento é de que o Estado é um devedor que se considera credor. Assim como as pessoas que foram privilegiadas durante toda a vida pelo sistema são ainda vistas como credoras: ainda têm créditos para receber, os cidadãos de bem. E aquelas pessoas que enfrentaram todo tipo de vulnerações são vistas como devedoras. Quando deveria ser o oposto, as pessoas menos favorecidas pelo sistema seriam justamente as credoras. O Estado é o maior devedor, pois usurpou de todos os povos subalternizados, primeiro pela colonização e escravização e depois por políticas racistas, patriarcais, neoliberais e bélicas.

Dessa ideia do Estado como devedor se originam várias leituras da realidade atual, dentre as quais o sistema prisional a exercer uma pedagogia da irresponsabilidade, outra grande contribuição de Rita para a criminologia crítica e o abolicionismo penal (Segato, 2003). Rita, a partir da escuta de presos por estupro, percebe como o sistema prisional opera uma pedagogia que não responsabiliza a pessoa pelo crime que cometeu, justamente o contrário do que deveria estar sendo feito, lembrando que responsabilidade e culpa são coisas diferentes. Alguns dos elementos que contribuem para essa irresponsabilidade correspondem à retirada em busca do mundo real, aliada aos rituais de (des)identidade e (des)identificação do ser como humano usados no aprisionamento moderno, tais como o uso de roupas iguais entre pessoas presas, não poder usar nenhum acessório pessoal anterior à prisão, ter um número associado a si e não um nome. O afastamento físico e simbólico daquele ser de sua comunidade o impossibilita de assumir a responsabilidade por suas ações. De Rita aprendi que a lei comunica – essa é uma das principais funções do direito –, a lei é antes de tudo um discurso sobre a nação. Algo bem básico das lutas feministas foi nomear as violências, algo que os direitos humanos também fizeram e que Rita sempre enfatizou em suas aulas, a função de

nomear uma experiência de violência para assim desnaturalizá-la e poder enfrentá-la. A aplicação da lei também é um discurso, por exemplo quando um contingente específico da população é preso, o Estado está comunicando algo.

Outra grande contribuição de Rita, e que não está expressa em seus textos, é sua forma de incentivar a comunidade: ela sempre fez reuniões com suas e seus orientandos(as) para que pudéssemos trocar experiências e enfoques entre nós. O espaço doméstico foi assim também espaço político/teórico/afetivo. De um desses encontros, me uni ao grupo de pesquisa que nominamos “Anticárcere”, em realidade o grupo do projeto de pesquisa “As mulheres e a aplicação de penas de privação de liberdade” (2006-2008), que estava então realizando sua pesquisa no presídio feminino Colmeia, do Distrito Federal. Eu estava naquele momento em liberdade provisória, e por isso não podia fazer pesquisa dentro do presídio. Entrevistei ex-presidiárias e no grupo trocávamos nossas impressões de campo e compartilhávamos as leituras que estávamos fazendo. Este grupo foi bastante frutífero para todas nós, pois o pensamento coletivo também é mais abundante e criativo, além de ter sido um grupo de suporte emocional para um tema tão pesado.

Morei no México e passei cinco anos afastada do mundo acadêmico, sem contudo deixar de estar conectada às teorias feministas a partir do ativismo. Viajei por *Abya Yala* em 2012 e conheci Lorena Cabnal e Julieta Paredes (já a conhecia através de seu livro e de suas histórias). Ambas estavam falando, a partir do feminismo comunitário, sobre o entroncamento de patriarcados nas comunidades: o originário e o colonial. Em 2014, quando regresso à academia, deparo-me com a nova linha de articulação de Rita, totalmente alinhada com essas teorias que fui encontrando. Ao seguir essa linha, ela então fala sobre o patriarcado de baixa intensidade, que é o patriarcado pré-intrusão, e o patriarcado de alta intensidade, que é o patriarcado pós-intrusão. A antropóloga explica como o patriarcado comunitário anterior se modifica e se atualiza com a intervenção do Estado, de ONGs e do mercado, algo também apontado por Paredes e Cabnal. Segato sugere que uma das consequências desse cruzamento de patriarcados é a exacerbação e a universalização da esfera pública, habitada sobretudo por homens; a derrubada e a privatização da esfera doméstica; a exacerbação dos homens no ambiente comunitário, em seu papel de intermediários com o mundo exterior, ou seja, com a administração do branco; a emasculação dos homens no ambiente extracomunitário; e a perspectiva binária da dualidade (Segato, 2014a). São contribuições teóricas que nascem da demanda de mulheres indígenas por nomearem sua realidade, e que justamente servem como ferramenta para elas, e também para nós, brancas, entendermos melhor essas dinâmicas coloniais de masculinidade e feminilidade, à qual todas nos inserimos.

De volta ao Brasil, começo a pensar em regressar à academia. Soube que várias amigas dos tempos de graduação estavam no programa de Bioética da Universidade de Brasília, para onde Rita havia migrado. Foi o incentivo para olhar com maior profundidade para esse ramo do conhecimento pelo qual me encantei. Vi então que existia a linha de pesquisa de pluralismo bioético, que, à época, tinha Rita Segato e Wanderson Flor do Nascimento como principais orientadores. Por Wanderson também nutria e nutro profunda admiração e com quem tive a alegria de partilhar também uma trajetória de trocas intelectuais e ativistas desde a graduação. Essas duas referências foram decisivas para a minha entrada no programa. São duas pessoas, professores(as), intelectuais, pesquisadores(as), ativistas, que fazem o espaço acadêmico ser mais respirável e instigante.

Meu entendimento era que o pluralismo bioético vinha para ampliar o pluralismo jurídico, tal como definido por Rita, no sentido de ser a garantia de que cada povo trace sua própria ética da vida, em contato com outras éticas como sempre tem sido. A ética traçada por cada povo seria respeitada e teria as condições adequadas para prosperar (Segato, 2010b). A autora trazia uma definição própria de ética, com a qual eu muito me identificava: se a consciência moral é a que reconhece a culpa, a consciência ética é a que reconhece a responsabilidade, no sentido preciso de responder às(aos) outras(os), reconhecendo sua interpelação e seu pedido de contas (Segato, 2006).

Neste momento, começo a trabalhar com uma raizeira e parteira, Dona Flor, escreveria minha dissertação sobre meus aprendizados com essa mestra intitulada *Bem viver do Cerrado: partejar amor, parir uma bioética local* (Floriano Watson, 2016). Para contextualizar a atual situação dessas grandes curadoras, busquei na caça às bruxas, no colonialismo seguido por sua atualização permanente no que chamamos colonialidade e na diáspora africana as bases para o entendimento e vivência que temos hoje dos saberes locais e suas mestras e mestres. Como orientadora, Rita indicou-me *Calibán e a bruxa* de Silvia Fredericci (2004), que, apesar de todas as suas limitações, é muito elucidativo sobre a origem do patriarcado moderno e sua reinvenção permanente nos territórios particulares.

Fredericci reencontra aspectos semelhantes aos que Rita encontra em sua escuta do mundo-aldeia, com a expansão da frente colonial moderna estatal empresarial e midiática, a desvalorização das mulheres e de seu mundo, a privatização de seus afazeres, entre outros aspectos, estratégia que vem se repetindo como forma de desarticulação política dos povos oprimidos ou vulnerabilizados pelo sistema operante (Segato, 2010b).

Trouxe ainda Audrey Lorde para este diálogo, puxando algo que a autora também havia percebido de comum nessa história de anulação do mundo das mu-

lheres. Segato (2010b) aponta para o olhar pornográfico colonial. Lorde (2009) diferencia explicitamente o erótico do pornográfico, o pornográfico é justamente o oposto ao erótico. A colonial modernidade captura e anula o erótico, criando o olhar pornográfico. As torturas contra as bruxas eram uma espécie de pornografia, em seu sentido perverso, uma captura do erótico que deve ser controlado; uma apresentação do pornográfico que objetifica o corpo feminino, e o mutila, nesse caso, literalmente. E, simbolicamente, feito que perdura ainda hoje.

Na tarefa que me dei no mestrado, e em minha atual tarefa de entender a situação do parir e dos nascimentos no município de Cavalcante, com foco na relação entre as parteiras e o Estado, o pensamento de Rita contribui trazendo o olhar de que a frente colonial estatal empresarial e cristã exerce uma intrusão molecular no seio das comunidades de difícil desemaranhamento. São diversos fatores relacionados a ações ou omissões do Estado, quando se apropria das estruturas onde gravita todo o ordenamento da vida (Segato, 2014, p. 604), que contribuem para esse desmantelamento. Neste caso, o ordenamento da vida desde o nascimento. Algumas situações chamam atenção na realidade atual do nascimento no município: poucas parteiras tradicionais estão atuantes em Cavalcante, e se apresenta um histórico recente de ameaça de prisão explícita às mesmas; mulheres gestantes recebem a instrução de que só terão acesso aos benefícios sociais se parirem dentro do sistema de saúde, público ou privado. Como em Cavalcante não se atende parto por não haver uma unidade de tratamento intensivo a menos de 80km, atualmente a maior parte das(os) filhas(os) desta terra nascem na ambulância, na estrada ou em outras cidades.

Neste início de doutorado, inspirada não apenas pela teoria de Rita, mas por todos(as) que compõem essa comunidade constituída a partir da resistência, começo a traçar a ideia da desterritorialização do nascimento como estratégia de genocídio do povo negro e quilombola. Essa é uma estratégia de Estado muito bem articulada, sempre lembrando que “processo de modernização em permanente expansão é também um processo de colonização em permanente curso” (Segato, 2010b, p. 19).

O que encontrei convivendo com toda a desvalorização e perseguição de um mundo é o florescimento contínuo de estratégias e de resistências, de formas de viver a vida e de ensinar e que trazem outros valores, viver dois mundos. E que o vivido por mim encontra ressonância nas palavras de Rita, ressonância essa que parte de um olhar que é o de viver duas realidades.

Se trata de formas de existencia material vigente en retazos, sino pulsantes jirones, del tejido social latinoamericano. Existencia regida por el valor-comunidad en su centro, defendido por una vital densidad

simbólica de creencias y prácticas espirituales y por formas de mercado local y regional, aún bajo la ofensiva cerrada de la globalización. Estos mercados locales pueden a veces articularse con mercados distantes y alcanzar como en el caso andino, riqueza considerable, pero no con el fin último de la capitalización, sino teniendo como meta la vida, y la fiesta como expresión de la vida (Segato, 2014, p. 20)¹.

E é na linha desse pensamento que vem outra contribuição do pensamento de Rita, expresso sobretudo em aulas e defesas de teses e dissertações, que é a definição de laicismo como noção de habitação múltipla de símbolos e rituais, e não a supressão deles (Segato, durante arguição da dissertação de mestrado de Elzahra Osman, 2015). Algo que em tempos de fundamentalismo religioso é muito importante ressaltar, pois cada vez entendo, sinto e vejo que somos, pensamos e agimos nossa fé, ninguém sai de casa e deixa sua fé no altar, portanto a garantia de laicismo, ou de que uma religião não oprima outras possibilidades de existência é justamente a habitação múltipla, algo que também aprendo todos os dias com as comunidades.

Neste texto busquei relembrar as principais contribuições do pensamento de Rita em minha vida. Comecei esta apresentação falando de antropologia de gênero e feminicídio, quero enfatizar que, logicamente, minha teorização dentro da academia foi totalmente inspirada pela produção intelectual de minha orientadora. Mas quero dizer que o meu ativismo também foi profundamente inspirado por Rita, sua ideia de antropologia por encomenda acredito ter sido efetiva porque diversas vezes me vi em debates ou pensando em ações, atividades, entendimentos com relação à práxis feminista na rua, nos coletivos, nos espaços de intervenção, trazendo argumentações da autora. Sua escrita, através dessa escuta atenta e da capacidade de alinhar a realidade em teorias que a preenche de sentido, é uma ferramenta de ação política feminista. Como ela própria ressalta, a importância de nomear para os direitos humanos, seu papel de nomear e dar inteligibilidade a processos sociais de exploração tem sido plenamente cumprido. Sua teoria (inspira)ção!

1. São formas de existência material vigentes em retalhos, em fragmentos pulsantes do tecido social latino-americano. Existência regida pela comunidade-valor em seu centro, defendida por uma densidade simbólica vital de crenças e práticas espirituais e por formas de mercado local e regional, mesmo sob a ofensiva cerrada da globalização. Esses mercados locais às vezes podem articular-se com mercados distantes e alcançar, como no caso andino, riqueza considerável, não com o objetivo final de capitalização, mas tendo a vida como meta, e a festa como expressão da vida.

Referências

- FLORIANO, Juliana. *Justiça sem grades: Do cárcere ao anticárcere*. (Monografia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2008.
- FLORIANO WATSON, Juliana Toledo. *Bem viver do Cerrado: partear amor, parir uma bioética local*. Dissertação (Mestrado em Bioética) – Universidade de Brasília, Cavalcante, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21643/1/2016_JulianaFlorianoToledoWatson.pdf. Acesso em: 02 maio 2020.
- FREDERICCI, Silvia. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010 [2004].
- LORDE, Audre. Os usos do erótico: o erótico como poder. In: LORDE, Audre. *Texto escolhidos de Audre Lorde*. São Paulo: Herética Difusão Lesbofeminista, 2009 [1984]. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:l-ZVBC3E9bAJ:https://we.riseup.net/assets/171382/AUDRE%2BLORDE%2BCOLETANEA-bklt.pdf+%&cd=1&hl=pt--BR&ct-clnk &gl=br&client=ubuntu>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- OSMAN, Elzahra. *Bioética islâmica: aportes epistemológicos desde o pensamento decolonial e os feminismos islâmicos*. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Bioética, Brasília: Universidade de Brasília, 2015.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ROSALDO, Michelle Zimablist; LAMPHERE, Louise (Coords.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. *Estudios Feministas*, v. 22, n. 2, p. 593-616, Florianópolis, maio-ago. 2014a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36550>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- SEGATO, Rita Laura. La perspectiva de la colonialidad del poder. In: PALERMO, Zuma; QUINTERO, Pablo (comp.). *Aníbal Quijano: textos de fundación*. Colección “El Desprendimiento”. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014b. Disponível em: <http://www.edicionesdelsigno.com.ar/el-desprendimiento/anibal-quijano-textos-de-fundacion/>. Acesso em: 22 fev. 2016.

SEGATO, Rita Laura Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. *In: ESPINOSA, Yuderks Miñoso; GÓMEZ, Diana Correal; OCHOA, Karina Muñoz (Eds.). Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*, p. 75-90. Popayán, CO: Editorial Universidad del Cauca, 2014c.

SEGATO, Rita Laura Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje. *Crítica y Emancipación*, Año II, n. 3, Primer Semestre 2010a. Disponível em: http://www.academia.edu/12049805/Los_cauces_profundos_de_la_raza_latinoamericana_una_relectura_del_mestizaje_en_Revista_Cr%C3%Adtica_y_Emancipaci%C3%B3n_de_CLACSO. Acesso em: 22 fev. 2016.

SEGATO, Rita Laura Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. *In: QUIJANO, Aníbal; MEJÍA NAVARRETE, Julio (Eds.). La cuestión descolonial*. Lima, PE: Universidad Ricardo Palma, Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2010b. Disponível em: http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/09genero_y_colonialidad_en_busca_de_claves_de_lectura_y_de_un_vocabulario_estrategico_descolonial__ritasegato.pdf. Acesso em: 22 fev. 2016.

SEGATO, Rita Laura *La nación y sus otros. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad*. Buenos Aires: Prometeo, 2007a.

SEGATO, Rita Laura El color de la cárcel en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 208, mar./abr. 2007b. Disponível em: <https://www.casi.com.ar/sites/default/files/El%20color%20de%20la%20c%23U00e1rcel%20en%20Am%23U00e9rica%20Latina.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

SEGATO, Rita Laura Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, v. 12, n. 1, Rio de Janeiro, abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100008. Acesso em: 22 fev. 2016.

SEGATO, Rita Laura Raça é signo. *Série Antropologia*, n. 372. Brasília, Universidade de Brasília, 2005a.

SEGATO, Rita Laura Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juárez. *Revista de Estudos Feministas*, v. 13, n. 2, p. 265-285, Florianópolis, maio/ago. 2005b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26882.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

SEGATO, Rita Laura *Sistema penal como pedagogía de la irresponsabilidad y el proyecto “habla preso, el derecho humano a la palabra en la cárcel”*. Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, 2003.

SEGATO, Rita Laura A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (Orgs.). *Violência, gênero e crime no Distrito Federal*. Brasília: Paralelo 15; Editora UnB, 1999.



Notas sobre as autoras e os autores

Notas sobre as autoras e os autores

César Augusto Baldi

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989. Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP) da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao estudo do direito, Direito administrativo e Direito constitucional. Editor de *Direitos humanos na sociedade cosmopolita* (Renovar, 2004) e *Aprender desde o Sul* (Fórum, 2015). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8202034636185727>.

Danú Gontijo

Advogada, com mestrado em direitos humanos pela Universidade de Utrecht (2004) e doutorado em bioética pela Universidade de Brasília (2015). Pesquisadora associada e professora colaboradora da Cátedra Unesco de Bioética/ Programa de Pós-Graduação em Bioética. Tem interesse nos temas relacionados a violência, feminismos, gênero, saúde, tortura, feminicídios, violência de Estado e letalidade policial, criminologia crítica e sistema penitenciário, justiça, antropologia, direitos humanos, mídia. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2340422058356417>.

Elaine Moreira

Possui graduação em ciências sociais, habilitação em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (1990), mestrado e doutorado em *anthropologie sociale et ethnologie*, pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), em 1995 e 2012, respectivamente. Pós-doutorado na UnB, bioética. Participou com pesquisas junto ao projeto Pacta – Coordenado por Mauro Almeida (Unicamp) e Laure Emperaire (IRD). Tem experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena, atuando principalmente nos temas: redes sociais Ye'kuana, circulação de objetos, conhecimentos tradicionais, antropologia das sementes, migrações e mobilidade indígena. Atualmente acompanha com pesquisa a presença indígena dos Warao da Venezuela no fluxo migratório

venezuelano em Roraima. Coordena o projeto de extensão Observatório dos direitos e políticas indigenistas (Obind), do Departamento ELA-UnB. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9510291380309325>.

Gustavo Augusto Gomes de Moura

Educador popular, é mestre em antropologia social pela UnB (2011) e doutorando em bioantropologia no PPGA/UFPA, na linha de povos indígenas e populações tradicionais. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9336687697427133>.

Jocelina Laura Carvalho de Segato

Graduada em ciências sociais pela UnB, com ênfase em antropologia (2017). Atualmente, mestranda em bioética (Programa de Pós-Graduação em Bioética/UnB). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8807804052919515>.

Juliana Floriano Toledo Watson

Doutoranda em bioética; mestra em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília; bacharel em ciências sociais com habilitação em antropologia pela Universidade de Brasília; licenciada em ciências sociais. Aprendiz de raizeira e parteira no Cerrado; coordenadora da Formação de Parteiras e Doulas com a mestra Dona Flor; trabalha com ginecologia autônoma e natural e medicina populares. Tem experiência com movimentos sociais, principalmente feministas; como professora de sociologia na rede pública e professora de português como segunda língua; e como tradutora de espanhol-português-espanhol. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3146123354330608>.

Livia Vitenti

É doutora em antropologia pelo programa de pós-graduação da Universidade de Montréal, em Quebec, Canadá. Teve por tema de tese o suicídio Atikamekw, população indígena habitante do Quebec. Sua tese se intitula: “*Couper le fil de la vie: suicide et rituels de mort chez les Atikamekw de Manawan*”. Possui mestrado em antropologia pela PPGAS da UnB (2005), e teve por tema de dissertação as jurisdições especiais indígenas de quatro países andinos, a saber, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. A dissertação de mestrado se intitula: “Da antropologia jurídica ao pluralismo jurídico”. Possui graduação em ciências sociais com habilitação em antropologia pela UnB (2002). Entre 2012 e 2015 foi pesquisadora pós-doutoral (PDJ-CNPq) na Cátedra Unesco de Bioética da UnB, sob a supervisão de Rita Laura Segato. Entre 2014 e 2015 foi professora substituta no Departamento de Antropologia da UnB. Igualmente, foi consultora da Organização Panamericana de Saúde (Opas) para a Secretaria Especial

de Saúde Indígena (Sesai) entre os anos de 2017 e 2018. Entre 2018 e 2019 foi pesquisadora PNPD no Departamento de Antropologia da UnB. Atualmente é coordenadora do Plano de Ação das Primeiras Nações contra agressões sexuais, na organização Femmes Autochtones du Québec/Quebec Native Women Inc. Tem experiência na área de antropologia da saúde, com ênfase em saúde mental, suicídio indígena e prevenção do suicídio, etnologia indígena, antropologia da religião e antropologia jurídica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8541766151991632>.

Lourival Ferreira de Carvalho Neto

Doutorando em direito pela Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa de Sociedade, conflito e movimentos sociais. Mestre em direitos humanos e cidadania pela UnB. Bacharel em direito pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi). Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq e do Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação (UnB). Advogado. Pesquisador jurídico (OAB Nacional). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7995270411139059>.

Marianna Assunção Figueiredo Holanda

Professora da UnB. Saúde coletiva (FCE/UnB), Centro Internacional de Bioética e Humanidades (Cibh/UnB) e Programa de Pós-Graduação em Bioética (PPG-Bioética/UnB). Pesquisadora de bioética e direitos humanos desde a decolonialidade, as interseccionalidades de gênero, raça, etnia e das lutas por justiça social. Pluralismo jurídico, bioético e de outros mundos. Antropologia do corpo, das emoções e dos sentidos. Da morte e do morrer. Da dignidade e do nascer. Doutora em bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB (2015), mestra em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB (2008), bacharela em ciências sociais pela UnB, com habilitação em antropologia (2005). Coordenadora da Liga Acadêmica de Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília – Projeto de Extensão Continuada – desde dezembro de 2019. Presidenta da Sociedade Brasileira de Bioética – Regional Distrito Federal (gestão 2022-2023). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (CDH/ABA). Mãe de Caetano, Samuel e Francisco. #MaternidadeNoLattes CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460180060006601>.

Patrícia de Mendonça Rodrigues

Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1993) e PhD em antropologia pela Universidade de Chicago (2008). Realizou pesquisa acadêmica

com o povo Javaé, no médio Rio Araguaia, sobre organização social, cosmologia, gênero e etno-história. Coordenou nove grupos técnicos da Funai de identificação e delimitação de terras indígenas no médio Araguaia e alto Tapajós, de interesse dos povos Xavante, Kayabi, Munduruku, Karajá, Javaé e Avá-Canoeiro do Araguaia. Publicou vários artigos sobre os Javaé, Avá-Canoeiro do Araguaia, Karajá e Xavante. Desde 2009 tem militado pela inclusão dos Avá-Canoeiro do Araguaia em uma pauta de direitos humanos e constitucionais e atualmente está coordenando um projeto de estudos etnoterritoriais.

Pedro Paulo Gomes Pereira

Livre-docente pela Universidade Federal de São Paulo (2013). Professor associado da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (Quereres). Possui mestrado em antropologia pela UnB (1996), doutorado em antropologia pela UnB (2001) e pós-doutoramento na Universidade de Barcelona (2001-2002). Foi pesquisador visitante pós-doc na Universidade de Barcelona. Bolsista da Fundación Carolina para realizar pesquisa na Espanha, Universidad Rovira y Virgili. É membro de comissões editoriais em publicações periódicas e parecerista em diversos periódicos na área de ciências sociais, saúde coletiva e estudos de gênero e sexualidade. Editor na *Revista Interface*. Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, da Associação Brasileira de Antropologia (2002). É responsável por auxílios à pesquisa ativos na Fapesp. É membro da Abrasco, onde participa do GT Saúde da População LGBTI+. É parecerista do CNPq, da Capes, da Fapesp. É autor dos livros *O terror e a dívida* (2004), *De corpos e travessias* (2014), *Queer in the Tropics: gender and sexuality in the Global South* (2019), além de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. Áreas de atuação: corpo, saúde, doença. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1474930426841995>.

Priscila Paz Godoy

Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, em 1999. Formada pela Escola de Governo, curso promovido pela Associação Brasileira de Formação de Dirigentes Públicos e pela Universidade de São Paulo (USP), em 2004. Mestre em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (PPGDH/CEAM/UnB), em 2015. Tem experiência em direito público e direitos humanos com atuação em escritório de advocacia, nos poderes executivos municipais e federal, em organização não governamental e organismos internacionais. Autora do livro *O povo invisível: os ciganos*

e a emergência de um direito libertador (2016). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6483433968386731>.

Rita Laura Segato

Recebeu os títulos de Master of Arts (1978) e PhD (1984) pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido. É professora emérita da Universidade de Brasília pelo Programa de Pós-graduação em Bioética e Pesquisadora Sênior do CNPq. Foi docente do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília de 1985 a 2010 e nos Programas de Pós-graduação em Bioética e Direitos Humanos de 2011 a 2017. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clasco, 50 anos). Em 2020 recebeu o Prêmio Daniel Cossio Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex). Em 2021 recebeu o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam o título de Doutor Honoris Causa, e a Universidade de Guadalajara lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu a Medalha de Prata de Santo Inácio de Loyola da Ordem dos Jesuítas na Universidade Ibero-Americana do México. A Câmara Legislativa da Cidade de Buenos Aires a nomeou Personalidade Destacada da Cultura e a Cidade de Montevidéu e lhe concedeu o título de Visitante Ilustre. Recebeu também o Prêmio Pensamento Argentino dos Prêmios Democracia. Em março de 2017, foi destacada como uma das quatro intelectuais representativas do pensamento latino-americano pela revista mexicana *La Tempestad*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clasco. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Em 2019, a Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina, criou a “Cátedra Rita Segato de Pensamiento Incómodo”, sob sua direção. Em 2019 foi convidada para ministrar o prestigioso Curso de Mestrado O Autor e sua Obra na Universidade Internacional Menéndez y Pelayo, Santander, Espanha e Lasa organizou em seu encontro em Boston uma sessão chamada Conversa com Rita Segato. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora,

com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Qeqchies por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7719153067130491>.

Tânia Mara Campos de Almeida

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1989, mestra e doutora em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), respectivamente em 1994 e 2001, com pós-doutorado em representações sociais pela UnB (Instituto de Psicologia, 2006), pela Université de Provence e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), França, 2007. Atualmente, é professora associada do Departamento de Sociologia (UnB), bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) da mesma universidade. No período de 2012 a 2016, foi editora-adjunta da revista *Sociedade e Estado*, na sequência sua editora-responsável (desde julho/2020), além de integrar o corpo editorial de vários periódicos científicos. Entre 2016 e 2018 atuou como coordenadora dos bacharelados em sociologia e ciências sociais do departamento. Tem experiência e publicações na área das ciências sociais e humanas, com ênfase nos seguintes temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq e integrante do grupo de pesquisa do CNPq “Diálogos em sociologia clínica (UnB)”. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5972548202499046>.

Vanessa Rodrigues de Araújo

Doutoranda em humanidades pela Universidad Autónoma Metropolitana, unidade de Xochimilco, México (UAM-X), na linha de pesquisa *estudios culturales y crítica poscolonial*. Mestra em direitos humanos e cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em direitos humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Graduada em ciências jurídicas pelo Centro Universi-

tário de Brasília (UniCeub). Foi colaboradora do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Antropologia e Direitos Humanos do CNPq. Atuou como assessora jurídica no Conselho Indigenista Missionário (Cimi), realizando ações político-jurídicas voltadas à proteção e garantia territorial dos povos indígenas do Brasil. Adicionalmente, desenvolve pesquisas na linha de direitos humanos, teorias decoloniais, direitos indígenas, memória, raça e gênero. Autora do livro *Sabendo quem somos: memória familiar e descolonização* (2019). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4398978450108334>.

Verenilde Santos Pereira

Possui graduação em comunicação social pela Universidade Federal do Amazonas (1979) e mestrado em comunicação pela Universidade de Brasília (1995). Tem experiência na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, índios e representação. É doutora pela Faculdade de Comunicação de Brasília, na área de jornalismo e sociedade. Defendeu a tese em 2013, cujo título é “Violência e singularidade jornalística: o ‘massacre da Expedição Calleri’”, sob orientação da Prof. Dra. Rita Laura Segato. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6744436215893417>.

Volnei Garrafa

Graduado em odontologia pela PUC-RS, Porto Alegre (1965-68); especialista em cancerologia bucal (Residência) pela Associação Paulista de Combate ao Câncer, Hospital A. C. Camargo (1969-1970); doutor em ciências pela Unesp (1971-1974); pós-doutorado em bioética pela Universidade La Sapienza /Roma Itália (1991-1993); ex-professor titular do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da UnB (1990-2018). Atualmente é diretor do Centro Internacional de Bioética e Humanidades. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Bioética – mestrado e doutorado acadêmico (Conceito 5 Capes), atuando na área de concentração em saúde pública e nas linhas de pesquisa: a) fundamentos de bioética e saúde pública; b) situações emergentes em bioética; c) situações persistentes em bioética; coordenador da Cátedra Unesco de Bioética. Membro titular do Conselho Diretor da Universidade de Brasília (2014-2020); cofundador e primeiro presidente da Red-Latinoamericana y del Caribe de Bioética de la Unesco – Redbioética (2003-2010), da qual atualmente é diretor de Assuntos Internacionais; membro do Conselho Científico da Sociedade Internacional de Bioética (Sibi), Gijón/Espanha e vice-presidente para a América Latina; membro do International Bioethics Committee da Unesco, Paris/França (2010-2017); coordenador dos cursos

de especialização em bioética desenvolvidos pela Cátedra Unesco de Bioética na UnB, entre 1998 e 2018 (18 edições anuais consecutivas); editor da *Revista Brasileira de Bioética (RBB)*; coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da FS-UnB (2000-2003 / 2006-2009); coordenador (2004-2006) do Comitê de Ética de Uso Animal do Instituto de Ciências Biológicas da UnB (Ceua); delegado designado pelo presidente da República para assessorar a delegação brasileira na Unesco no processo de elaboração da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos na Unesco, Paris / França (2004-2005); membro do Grupo de Trabalho designado pelo Ministro da Saúde para elaborar Projeto de Lei para criação do Conselho Nacional de Bioética (2003-2004); vice-presidente (1999-2002) e após presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (2001-2005); presidente do Sixth World Congress of Bioethics, Brasília, novembro de 2002; membro (de 1997 a 2003) da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); membro do Comitê de Bioética do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Rio de Janeiro (1999-2003); membro da Banca Examinadora para análise de progressão funcional para classe de Professor Associado (Bepa), Universidade de Brasília (2008-2018); presidente (1994-1996) do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); cofundador e primeiro presidente do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-1989); decano (pró-reitor) de Extensão Universitária da UnB (1985-1989); cofundador (1978) e presidente (1980-1982) da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB); presidente (1976-1978) da Sociedade Brasileira de Estomatologia (Sobe); coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Bucal da Divisão Nacional de Câncer do Ministério da Saúde (1977-1979); membro do Board of Directors da International Association of Education in Ethics (IAEE), Pittsburgh/Estados Unidos (2013-2017) e seu presidente na gestão 2017-2020. Índices Pesquisador: Índice H = 45 e Índice i10 = 127. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2059138334891787>.



PhD pelo Departamento de Antropologia Social da Queen's University of Belfast, Irlanda do Norte, Reino Unido, Rita Segato é professora emérita da Universidade de Brasília. Em 2018 recebeu o Prêmio Latino-Americano e Caribenho de Ciências Sociais (Clacso, 50 anos); em 2020, o Prêmio Daniel Cossío Villegas em Ciências Sociais do Colégio de México (Colmex); em 2021, o Prêmio Frantz Fanon da Associação Caribenha de Filosofia por sua trajetória. A Universidade Nacional de Salta, a Universidade Autônoma de Entre Rios, a Universidade Provincial de Córdoba, a Universidade Nacional de Cuyo, a Universidade Ibero-americana do México e a Universidade de El Salvador lhe concederam

o título de *Doutor Honoris Causa*. A agência espanhola EsGlobal a incluiu por dois anos consecutivos, 2017 e 2018, entre os 30 intelectuais mais influentes da Ibero-América. Atualmente é membro da Coordenação do Curso de Especialização em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos da Clacso. Em 2018, o Museu Reina Sofia, em Madri, fundou a Cadeira Aníbal Quijano e a nomeou como sua titular. Durante o primeiro semestre de 2022 foi professora visitante no Programa de Estudos Latino-Americanos (Plas) na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América. Foi coautora da primeira proposta de ação afirmativa para garantir a admissão de estudantes negros e indígenas no ensino superior no Brasil (1999), e coautora, com 41 mulheres indígenas de todas as regiões do país, de uma primeira proposta de ação afirmativa e políticas públicas para as mulheres indígenas perante o Estado brasileiro (2002). Atuou como especialista no Tribunal Viena+20 (Bilbao, 2013), juíza do Tribunal Permanente dos Povos para o capítulo México na Audiência Chihuahua (2014), testemunha especializada do Ministério Público da Guatemala para o caso Sepur Zarco de sujeição à escravidão sexual e doméstica de mulheres indígenas Maya Q'eqchi por militares guatemaltecos durante o período autoritário (2014 a 2016), juíza do Tribunal dos Direitos da Mulher do Fórum Social Pan-Amazônico (Tarapoto, Peru, 2017), autora de um Diagnóstico da Polícia Nacional Civil de El Salvador sobre crimes de gênero (2018), e testemunhou como especialista perante o Tribunal Federal Criminal Oral 2 no julgamento de Crimes contra a Humanidade em centros de detenção em Escobar, Campana e Zárate, Província de Buenos Aires, Argentina, entre março e abril de 1976 (2019).

